

ANC

pg 2

PLENÁRIO

ANC

R

# Regimento só motiva cinco dos 20 oradores

A discussão e votação do Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte, que recebeu 687 emendas na prorrogação do prazo para novas contribuições, encerrada às 13 horas de ontem mobilizou todo o Congresso no correr do dia mas não conseguiu movimentar a sessão plenária realizada à tarde. De 20 constituintes que usaram o microfone, apenas cinco fizeram referências ao projeto do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB/SP).

A explicação talvez estivesse no apelo feito pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, ao encerrar a sessão uma hora e 15 minutos mais cedo e convocar outra para as 19h30, quando o regimento finalmente entraria em fase de discussão final e votação. "Já é difícil dizer algo de novo sobre esse assunto", disse ele, pedindo aos constituintes moderação nas inscrições para falar.

O deputado estava certo ao afirmar que o assunto regimento estava esgotado. Prova disso foi que dos cinco constituintes a abordarem o tema à tarde, o primeiro, Antônio Mariz (PMDB/PB), gastou seu tempo contestando a presença na Constituinte dos senadores eleitos em 82,

Const 87

questão resolvida desde a segunda sessão da Assembleia, quando o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Moreira Alves, a submeteu a plenário, que votou pela permanência deles.

Roberto Cardoso Alves (PMDB/SP) também foi repetitivo, criticando no substitutivo do senador Fernando Henrique pontos que, segundo ele, no pretexto de assegurar a soberania da Constituinte, visam, na verdade, revogar a Constituição vigente. Flávio Palmier da Veiga (PMDB/RJ), por sua vez, voltou a defender seu projeto para que as Assembleias Legislativas sejam transformadas em constituintes estaduais para harmonizarem as Constituições dos Estados com a Federal.

Cláudio Avila (PFL/SC) apenas aplaudiu, como ato de soberania, a reabertura do prazo para apresentação de emendas. E Agassiz Almeida (PMDB/PB), último dos cinco que abordaram o tema, se limitou a defender suas próprias emendas, em número de 11, quando o deputado

Ulysses Guimarães, ausente da sessão desde as 14h20, chegava para reassumir a presidência dos trabalhos.

#### SEM DEFESA

As críticas do líder oposicionista Amaral Netto (PDS/RJ) ao governo Sarney e a falta de respostas dos partidos da Aliança Democrática (PMDB e PFL) é que deram o tom do resto da sessão. A perplexidade pelo desasco da situação "aos ataques mais virulentos ao presidente Sarney" foi manifestada pelo deputado Adolfo Oliveira (PL/RJ). Ele chamou a atenção para a gravidade da conjuntura nacional e disse que o momento exige não só o apoio do PMDB e PFL ao Presidente, mas de todas as correntes partidárias.

Adolfo Oliveira era apenas o 10º orador a usar a tribuna, quando havia menos de uma hora de sessão. Não faltava, portanto, oportunidade para que a Aliança se redimisse, mas o que se viu foi um deputado do PMDB, Nelson Friedrich, do Paraná, praticamente aliar-se à oposição ao apontar a moratória decretada pelo Governo Sarney como um caminho para a solução do endividamento externo. A intenção pode ter sido boa, mas ele se traiu, ou traiu o Presidente, que é do seu partido.

ao esclarecer que não era bem aquela a moratória da sua preferência nem é o Governo Sarney o governo que deseja.

Mas, embora traindo, outraindo-se, Friedrich tentou alguma coisa, enquanto nada fizeram outros pemedebistas que usaram o microfone, como Cardoso Alves, Flávio Palmier, Alexandre Puzyna, Nelson Aguiar, Agassiz Almeida e Jorge Leite, nem o pefeista Cláudio Avila. E se eles não defendiam o governo, Gerson Peres (PDS/PA) o acusava de discriminar a Amazônia e Osvaldo Bender (PDS/RS) abria o verbo contra o corte dos subsídios agrícolas.

O momento máximo dessa disputa, como não poderia deixar de ser, foi protagonizado pelo deputado Amaral Netto, já depois de encerrado o pequeno expediente. Muito bem humorado, ele lembrou que ao assumir o governo, o presidente José Sarney fez uma opção pelo pobre "e de fato empobreceu Nação inteira". E chamando a atenção dos fotógrafos, tirou do bolso uma cédula de Cz\$ 500,00, mostrou a inscrição "Deus seja louvado" e disse que logo seria lançada a nota de Cz\$ 1.000,00, onde o Presidente mandaria imprimir: "Seja o que Deus quiser".

FOTOS: LUIZ MARQUES



Augusto Carvalho fala na sessão



Amaral Netto faz ironia e sugere frase para nova nota

## Pompeu cumprimenta o fotógrafo

O senador Pompeu de Sousa (PMDB-DF), em carta ao CORREIO, cumprimentou o fotógrafo Luiz Marques, que o flagrou num "rápido cochilo" anteontem no plenário. Com o bom humor que lhe é peculiar, o senador explica os motivos de seu cansaço no dia. Pela elegância, merece os nossos cumprimentos. Eis a carta:

"Permita-me, em primeiro lugar, pedir-lhe que transmita ao nosso colega Luiz Marques minhas sinceras felicitações pelo seu excelente flagrante fotográfico em que me surpreende num breve cochilo no plenário da sessão de ontem na Assembleia Constituinte. Ainda mais porque

se tratou seguramente de um episódio de poucos segundos, ocorrido por vez única nestes 23 dias de funcionamento da nossa Constituinte. Tal circunstância valoriza ainda mais o feito jornalístico, acentuando o espírito de empenho profissional do autor. E esse, realmente, o papel do jornalista, seja repórter fotográfico ou de texto: registrar a realidade de cada dia, para o presente e para o futuro, seja ela séria ou pitoresca.

No caso presente, a legenda da foto diz tudo:

"Em sessão sem atrativos, Pompeu tira um cochilo". Mais exato do que o texto, que se refere ao meu modesto e breve cochilo co-

mo "sono solto". De fato, tirei, involuntariamente, um apena breve cochilo, em decorrência de extremo cansaço momentâneo, pois, na verdade, o trabalho não-ostensivo das minhas funções de senador-constituinte me tem, não poucas vezes, obrigado a varar noites em claro, como alias ocorreu na véspera mesmo, tratando de contribuir, de alguma forma, para o melhor rendimento da tarefa da elaboração constitucional. Na verdade, custumei participar intensamente de todas as sessões, mesmo em alguns de seus momentos mais sem atrativos. O máximo que, às vezes, faço, em tais casos, é aproveitar

o tempo para escrever alguma coisa, como alias, estou agora fazendo, com esta carta.

De qualquer forma, o que aqui me compete — e o faço gostosamente — é, além de felicitar o nosso Luiz Marques, agradecer ao nosso CORREIO BRAZILIENSE

peça excelência do registro, que me deixa na mais distinta companhia: duvido que se aponte um homem

público, no Brasil ou fora dele — Churchill, por exemplo, era contumaz —, que não tenha sido flagrado alguma vez (ou vezes), na imprensa, em tal situação.

Homem público com um mínimo de notoriedade, é claro."

POMPEU DE SOUSA

de A a Z

os Constituintes

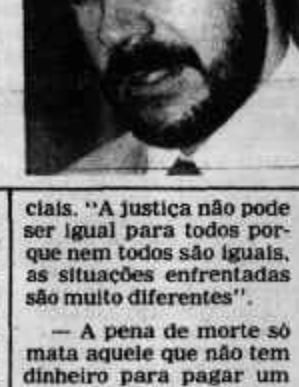
### José Carlos Vasconcelos

Em seu terceiro mandato, apresenta-se como de centro-esquerda. Defende posições reformistas e o Nordeste



### Vicente Bogo

Ex-trabalhador rural e líder sindical, foi eleito pelo PMDB gaúcho com o apoio da Igreja e setores progressistas



José Carlos de Moraes Vasconcelos (PMDB-PE), 47 anos, foi reeleito com 36.735 votos para o terceiro mandato federal, depois de ter sido vereador em Recife (1974-78). Economista, técnico em contabilidade, casado, dois filhos, cunhado do ex-senador e atual presidente da Caixa Econômica Federal, Marcos Freire, ele posiciona-se no centro-esquerda, defendendo posições de caráter liberal-reformista, destacando-se ao tratar da problemática nordestina da qual é profundo conhecedor.

Jose Carlos Vasconcelos é favorável a que seja estabelecido um mandato de quatro anos, com direito à reeleição, para o presidente da República. Advoja a adocção do parlamentarismo como modelo político e defende a implanção de voto distrital.

tal misto no processo eleitoral brasileiro.

Ele acha que deve ser destacado no texto constitucional o uso social da propriedade e considera necessário se fazer a reforma agrária, vencendo "a fase de inércia". O deputado é contrario à legalização do aborto e a legislação satisfeita com a polêmica travada em torno da soberania da Constituinte, por achar que essa é o próprio conteúdo da nova Carta, "que no final das contas é que irá garantir o avanço social".

José Carlos já tem regionizado a aplicação do Orçamento da União, obrigando que as despesas

passiem a ser efetuadas mediante critérios básicos: conforme a população e o inverso da renda da Federação, com o objetivo de acabar com os desequilíbrios regionais.

Ele acha que deve ser destacado no texto constitucional o uso social da propriedade e considera necessário se fazer a reforma agrária, vencendo "a fase de inércia". O deputado é contrario à legalização do aborto e a legislação satisfeita com a polêmica travada em torno da soberania da Constituinte, por achar que essa é o próprio conteúdo da nova Carta, "que no final das contas é que irá garantir o avanço social".

José Carlos já tem regionizado a aplicação do Orçamento da União, obrigando que as despesas

passiem a ser efetuadas mediante critérios básicos: conforme a população e o inverso da renda da Federação, com o objetivo de acabar com os desequilíbrios regionais.

Ele acha que deve ser destacado no texto constitucional o uso social da propriedade e considera necessário se fazer a reforma agrária, vencendo "a fase de inércia". O deputado é contrario à legalização do aborto e a legislação satisfeita com a polêmica travada em torno da soberania da Constituinte, por achar que essa é o próprio conteúdo da nova Carta, "que no final das contas é que irá garantir o avanço social".

José Carlos já tem regionizado a aplicação do Orçamento da União, obrigando que as despesas

passiem a ser efetuadas mediante critérios básicos: conforme a população e o inverso da renda da Federação, com o objetivo de acabar com os desequilíbrios regionais.

Ele acha que deve ser destacado no texto constitucional o uso social da propriedade e considera necessário se fazer a reforma agrária, vencendo "a fase de inércia". O deputado é contrario à legalização do aborto e a legislação satisfeita com a polêmica travada em torno da soberania da Constituinte, por achar que essa é o próprio conteúdo da nova Carta, "que no final das contas é que irá garantir o avanço social".

José Carlos já tem regionizado a aplicação do Orçamento da União, obrigando que as despesas

passiem a ser efetuadas mediante critérios básicos: conforme a população e o inverso da renda da Federação, com o objetivo de acabar com os desequilíbrios regionais.

Ele acha que deve ser destacado no texto constitucional o uso social da propriedade e considera necessário se fazer a reforma agrária, vencendo "a fase de inércia". O deputado é contrario à legalização do aborto e a legislação satisfeita com a polêmica travada em torno da soberania da Constituinte, por achar que essa é o próprio conteúdo da nova Carta, "que no final das contas é que irá garantir o avanço social".

José Carlos já tem regionizado a aplicação do Orçamento da União, obrigando que as despesas

passiem a ser efetuadas mediante critérios básicos: conforme a população e o inverso da renda da Federação, com o objetivo de acabar com os desequilíbrios regionais.

Ele acha que deve ser destacado no texto constitucional o uso social da propriedade e considera necessário se fazer a reforma agrária, vencendo "a fase de inércia". O deputado é contrario à legalização do aborto e a legislação satisfeita com a polêmica travada em torno da soberania da Constituinte, por achar que essa é o próprio conteúdo da nova Carta, "que no final das contas é que irá garantir o avanço social".

José Carlos já tem regionizado a aplicação do Orçamento da União, obrigando que as despesas

passiem a ser efetuadas mediante critérios básicos: conforme a população e o inverso da renda da Federação, com o objetivo de acabar com os desequilíbrios regionais.

Ele acha que deve ser destacado no texto constitucional o uso social da propriedade e considera necessário se fazer a reforma agrária, vencendo "a fase de inércia". O deputado é contrario à legalização do aborto e a legislação satisfeita com a polêmica travada em torno da soberania da Constituinte, por achar que essa é o próprio conteúdo da nova Carta, "que no final das contas é que irá garantir o avanço social".

José Carlos já tem regionizado a aplicação do Orçamento da União, obrigando que as despesas

passiem a ser efetuadas mediante critérios básicos: conforme a população e o inverso da renda da Federação, com o objetivo de acabar com os desequilíbrios regionais.

Ele acha que deve ser destacado no texto constitucional o uso social da propriedade e considera necessário se fazer a reforma agrária, vencendo "a fase de inércia". O deputado é contrario à legalização do aborto e a legislação satisfeita com a polêmica travada em torno da soberania da Constituinte, por achar que essa é o próprio conteúdo da nova Carta, "que no final das contas é que irá garantir o avanço social".

José Carlos já tem regionizado a aplicação do Orçamento da União, obrigando que as despesas

passiem a ser efetuadas mediante critérios básicos: conforme a população e o inverso da renda da Federação, com o objetivo de acabar com os desequilíbrios regionais.

Ele acha que deve ser destacado no texto constitucional o uso social da propriedade e considera necessário se fazer a reforma agrária, vencendo "a fase de inércia". O deputado é contrario à legalização do aborto e a legislação satisfeita com a polêmica travada em torno da soberania da Constituinte, por achar que essa é o próprio conteúdo da nova Carta, "que no final das contas é que irá garantir o avanço social".

José Carlos já tem regionizado a aplicação do Orçamento da União, obrigando que as despesas

passiem a ser efetuadas mediante critérios básicos: conforme a população e o inverso da renda da Federação, com o objetivo de acabar com os desequilíbrios regionais.

Ele acha que deve ser destacado no texto constitucional o uso social da propriedade e considera necessário se fazer a reforma agrária, vencendo "a fase de inércia". O deputado é contrario à legalização do aborto e a legislação satisfeita com a polêmica travada em torno da soberania da Constituinte, por achar que essa é o próprio conteúdo da nova Carta, "que no final das contas é que irá garantir o avanço social".

José Carlos já tem regionizado a aplicação do Orçamento da União, obrigando que as despesas

passiem a ser efetuadas mediante critérios básicos: conforme a população e o inverso da renda da Federação, com o objetivo de acabar com os desequilíbrios regionais.

Ele acha que deve ser destacado no texto constitucional o uso social da propriedade e considera necessário se fazer a reforma agrária, vencendo "a fase de inércia". O deputado é contrario à legalização do aborto e a legislação satisfeita com a polêmica travada em torno da soberania da Constituinte, por achar que essa é o próprio conteúdo da nova Carta, "que no final das contas é que irá garantir o avanço social".

José Carlos já tem regionizado a aplicação do Orçamento da União, obrigando que as despesas

passiem a ser efetuadas mediante critérios básicos: conforme a população e o inverso da renda da Federação, com o objetivo de acabar com os desequilíbrios regionais.

Ele acha que deve ser destacado no texto constitucional o uso social da propriedade e considera necessário se fazer a reforma agrária, vencendo "a fase de inércia". O deputado é contrario à legalização do aborto e a legislação satisfeita com a polêmica travada em torno da soberania da Constituinte, por achar que essa é o próprio conteúdo da nova Carta, "que no final das contas é que irá garantir o avanço social".

José Carlos já tem regionizado a aplicação do Orçamento da União, obrigando que as despesas

passiem a ser efetuadas mediante critérios básicos: conforme a população e o inverso da renda da Federação, com o objetivo de acabar com os desequilíbrios regionais.

Ele acha que deve ser destacado no texto constitucional o uso social da propriedade e considera necessário se fazer a reforma agrária, vencendo "a fase de inércia". O deputado é contrario à legalização do aborto e a legislação satisfeita com a polêmica travada em torno da soberania da Constituinte, por achar que essa é o próprio conteúdo da nova Carta, "que no final das contas é que irá garantir o avanço social".

José Carlos já tem regionizado a aplicação do Orçamento da União, obrigando que as despesas

passiem a ser efetuadas mediante critérios básicos: conforme a população e o inverso da renda da Federação, com o objetivo de acabar com os desequilíbrios regionais.

Ele acha que deve ser destacado no texto constitucional o uso social da propriedade e considera necessário se fazer a reforma agrária, vencendo "a fase de inércia". O deputado é contrario à legalização do aborto e a legislação satisfeita com a polêmica travada em torno da soberania da Constituinte, por achar que essa é o próprio conteúdo da nova Carta, "que no final das contas é que irá garantir o avanço social".

José Carlos já tem regionizado a aplicação do Orçamento da União, obrigando que as despesas

passiem a ser efetuadas mediante critérios básicos: conforme a população e o